

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2022 a 30/11/2022

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/5

145.2022	Sessão Ordinária - CD	07/11/2022-18:32
Publ.: DCD - 08/11/2022	Jones Moura-PSD -RJ	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agradecimentos pelos 32 mil votos recebidos pelo orador nas últimas eleições. Importância da defesa dos servidores públicos diante da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 275, de 2016, sobre a inclusão da guarda municipal entre os órgãos de segurança pública.

O SR. JONES MOURA (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu já estava com saudades desta tribuna, deste ambiente, que eu chamo, lá no nosso Rio de Janeiro, de palco de batalhas, de palco de guerras, porque nós passamos muito tempo aqui lutando por tantas pautas que trazem dignidade para tanta gente! Mas, após esse recesso eleitoral e após esse tempo também em que estivemos remotamente trabalhando, estamos de volta, e eu quero, Presidente, como é uma das minhas primeiras falas, primeiramente agradecer.

Eu preciso agradecer a todas aquelas 32 mil pessoas que saíram de suas casas naquele domingo, dia 2 de outubro, e digitaram lá o nosso nome, e dizer-lhes que, ao digitar o nosso nome, elas não estavam legitimando tão somente o nome, mas todas aquelas pautas que nós aqui, dia e noite, defendemos e vamos continuar defendendo. Vamos continuar defendendo todos os servidores públicos, porque precisamos muito disso aqui nesta Casa; defendendo os guardas municipais, defendendo a luta pelos direitos das mulheres — com muito orgulho, temos também essa bandeira —, defendendo a luta de todas as instituições de segurança pública.

Parabéns a todos vocês que se multiplicaram, porque nós somos poucos, sabem? Nessas eleições em que prevaleceu muito mais o quadrante ideológico, com aqueles que fizeram um trabalho inclinado para a Direita extremista ou para a Esquerda extremista, nós sobrevivemos e, ainda que tenhamos ficado em

uma suplência, foi uma suplência importante dentro de um quadrante político. E quero avisar a todas essas 32 mil pessoas orgânicas, pessoas que tocamos, pessoas com quem conversamos, pessoas que tiveram carinho com essa luta, quero dizer a todas elas que já estamos articulando fortemente no campo político, e tudo indica que retornaremos a esta Casa no ano que vem para continuar os nossos trabalhos, em defesa de todas essas pautas que temos defendido.

Nós estamos preocupados, Presidente — e já peço que sejam concedidos mais 30 segundos ao final da minha fala — com as pautas que temos defendido. A PEC 32 ainda está aí e, se não passar neste Governo, entrará no próximo Governo, e precisamos manter a defesa dos servidores nessa pauta; a PEC 275 já estava até bem encaminhada para que pudéssemos abrir a Comissão e tratar dela, que é a PEC que traz mais segurança jurídica na atuação da segurança pública municipalizada.

Presidente, com tudo isso, eu quero encerrar dizendo que, ano que vem, nós vamos permanecer com o mesmo empenho e aumentar, intensificar nossa garra em defesa de todas as nossas bandeiras. Nós vamos honrar todas essas 32 mil pessoas com nosso mandato continuado no ano que vem, com tudo por que nós lutamos nesta Casa.

Obrigado, Presidente.

Documento 2/5

147.2022	Sessão Ordinária - CD	08/11/2022-20:20
Publ.: DCD - 09/11/2022 -	Luis Miranda-REPUBLICANOS -DF	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2022, sobre o estabelecimento de normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação perante a Fazenda Pública e sobre a disposição de critérios para a responsabilidade tributária. Urgente realização da reforma tributária no País. Alta carga tributária brasileira sobre a população mais pobre e sobre os servidores públicos. Pleno emprego gerado nos Estados Unidos pela administração de Donald Trump. Necessidade de realização da reforma administrativa para a valorização e aperfeiçoamento do serviço público.

O SR. LUIS MIRANDA (REPUBLICANOS - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PLP 17 é uma demonstração inicial do que o Brasil deve focar nos próximos meses — nem

vou falar anos.

Aqui fica registrado para todos os da base do Governo do Presidente recém-eleito a importância de trabalharmos na economia a arrecadação deste País de forma muito mais séria do que, infelizmente, foi feito nesses últimos anos.

Se forcamos em uma reforma tributária, que é o objetivo principal de uma nação que quer combater a desigualdade, que quer fortalecer a arrecadação tributária, que quer fazer com que os empresários se sintam contemplados para investir no nosso País, se queremos ter uma nação justa, que façamos parte da OCDE, sendo respeitados internacionalmente, como foram as últimas falas do Presidente eleito, faz-se necessário entender que as questões tributárias da nossa Nação devem ser tratadas como prioridade número zero — não é nem número 1.

Várias reformas são importantes, como a reforma tributária e como o tema extremamente relevante de que estamos tratando agora, que é a forma com que contribuinte é tratado. Ocorre que muito do que acontece no nosso País, inclusive com sonegador contumaz, com especialistas em sonegar e que não pagam nada, ou até mesmo com aqueles que tiveram dificuldades ou foram injustiçados, é que eles se deparam com leis, com emaranhados, com remendos constitucionais que são impeditivos para que tenhamos um sistema arrecadatório justo e honesto, principalmente que atinja a todos.

Não podemos ter um sistema tributário que atinja somente as classes mais pobres e a classe média, que é o que acontece hoje no nosso País. Ou pior: os funcionários públicos deste País pagam o Imposto de Renda na fonte — aqui todos são funcionários públicos e trabalham para o povo, bem como toda esta Brasília que é contemplada, nos Ministérios todos são funcionários públicos —, não conseguem negar o Imposto de Renda ou o INSS. São impostos que, somados, já tomam praticamente 40% do salário desse trabalhador.

Quando ele vai consumir, ele deixa, pelo menos, de 30% a 40% de imposto sobre o consumo, fazendo com que, de líquido do salário, do suor de um trabalhador funcionário público, sobrem de 30% a 40% — real. Isso é vergonhoso!

Não podemos falar de um país que está tratando os seus contribuintes de formar séria, porque, quando é feita uma comparação com grandes investidores que aplicam no nosso País e não pagam lucros e dividendos — por exemplo, o projeto que trata da cobrança de lucros e dividendos desta Casa está parado no Senado —, quem paga o imposto, quem carrega o piano nas costas é o povo, exatamente ele que deveria ser contemplado.

Então, fica registrado este recado ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva: Presidente, se o senhor quer realmente começar o seu Governo dando uma mensagem, já que o senhor se preocupa com o povo, não é garantindo o Auxílio Emergencial, é garantindo que todas as empresas deste País, que todas

as pessoas que pagam impostos neste País sintam-se representados quando pagarem seus impostos e não se sintam roubados. A sensação que o povo brasileiro sente é que está sendo lesado quando pagam impostos altíssimos, recebem pouco do Estado e sabe que aqueles que ganham muito não estão pagando nada.

Esse desequilíbrio fiscal faz com que o nosso País se torne inclusive um paraíso fiscal para investidores. Em muitos desses fundos de investimento transitam patrimônios sem pagar nenhum tipo de imposto. Como pode dar certo a nossa Nação sendo que todos os países da OCDE têm uma tributação totalmente diferente da nossa, com exceção do Brasil e da Estônia?

Precisamos levar a sério o povo mais pobre, o povo mais carente, principalmente o trabalhador, o pagador de impostos, que são os grandes responsáveis pela locomotiva que é este Brasil.

Precisamos mudar o sistema tributário. Precisamos fazer com que a reforma tributária ocorra nos primeiros meses do próximo Governo. Aí, sim, podemos ter o que aconteceu nos Estados Unidos, quando Trump, Deputado Pedro Paulo, fez aquela reforma empresarial e reduziu o imposto de 35% para 21%. E o que aconteceu nos Estados Unidos foi o aumento de arrecadação por parte das empresas e o famoso pleno emprego. Se não tivesse polarizado na pandemia teria sido reeleito. Até a Oposição teve que admitir que Trump fez algo que nos últimos 50 anos não era visto nos Estados Unidos: o pleno emprego.

O Brasil está sedento por isso. Nós somos o país do futuro desde o meu tataravô, que foi quem tive oportunidade de escutar. Meu pai falava que o Brasil é o país do futuro. Eu tive coragem um dia de falar isso para os meus filhos. Depois, quando me tornei Deputado, eu disse: pare, o Brasil não é o país do futuro. Para isso, precisamos fazer uma reforma política, precisamos fazer uma reforma política urgente. Precisamos fazer uma reforma política não contra os funcionários, mas contra a forma com que os funcionários públicos são tratados, para que haja bom atendimento à população, para que o dinheiro público seja valorizado de fato e de verdade.

Esta é a verdadeira reforma administrativa que precisamos fazer, uma reforma administrativa que faça com que o serviço público chegue na ponta com qualidade, que valorize o funcionário e não faça com que ele se sinta inseguro sobre o seu trabalho, principalmente sobre o seu cargo.

Vou mais longe. Se queremos fazer a verdadeira diferença nesta Nação, precisamos fazer uma reforma tributária. Aí, sim, com uma reforma tributária justa, que redistribua a carga tributária, que coloque o Brasil nos moldes dos países da OCDE e faça com que a nossa Nação torne-se uma nação para todos os brasileiros, vamos falar que o Brasil é o país do futuro.

Neste período de aviso prévio em que me encontro, eu queria deixar um pedido

a todos os novos Deputados eleitos e aos meus colegas que conseguiram a reeleição: façam a reforma tributária pelo nosso povo.

Os jovens americanos não tinham visto nos Estados Unidos quando fizeram a reforma tributária. Nos últimos 50 anos, os Estados Unidos não conheciam mais o que é pleno emprego, a certeza de que se você precisar trabalhar haverá uma vaga de trabalho.

É isto o que queremos para o Brasil: a certeza de que, se você precisar trabalhar, você não vai precisar de Auxílio Emergencial, você não vai precisar de Bolsa Família, você não vai precisar de nada, você vai ter emprego. É isso o que nós queremos para o nosso País. Justiça fiscal faz isso, e a reforma tributária é a forma de fazermos isso pelo nosso povo.

Obrigado, Presidente.

Documento 3/5

154.2022	Sessão Ordinária - CD	22/11/2022-15:52
Publ.: DCD - 23/11/2022	Alice Portugal-PCdoB -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao cantor e compositor Erasmo Carlos, o Tremendão, e ao intérprete cubano Pablo Milanés. Expectativa quanto à reestruturação da educação brasileira pelo Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Crítica à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de aprovação da chamada PEC da Transição.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Charles Fernandes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, eu gostaria que constasse dos Anais da Casa, do *Jornal da Câmara*, e que fosse veiculado pela *TV Câmara* meu pronunciamento em homenagem ao grande artista brasileiro, nosso Tremendão, Erasmo Carlos, que deixa uma memória de alegria, de competência na música popular brasileira. Erasmo passou por vários estilos, do romântico, com seus parceiros principais, até o *rock* brasileiro. Ele deixa a marca da rebeldia e, ao mesmo tempo, da doçura para a Nação brasileira. Que seus familiares estejam acolhidos nesta solidariedade! Não há dúvida de que ele deixa sua marca na cultura nacional.

A Pablo Milanés, grande cantador da América Latina, que também parte hoje,

minhas homenagens.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Brasil vive a transição. Há alguns minutos, eu e outros Deputados, mais de uma dezena, tivemos a honra de ser relacionados pelo Vice-Presidente eleito, Geraldo Alckmin, nos grupos da transição do Governo. Aliás, o que me moveu para a conquista de mais um mandato foi ajudar o Presidente Lula a reconstruir o Brasil. De fato, esta é a quadra que nós estamos vivendo, a quadra da reconstrução nacional, a quadra do debate do que restou. Para isso, nada mais natural para nós, que participamos da resistência ao desmonte, estarmos neste processo de reconstrução.

Nós, do PCdoB, que participamos ativamente deste momento de resistência, esperamos que o Presidente Lula possa, de fato, com toda a altivez e toda a amplitude, garantir este processo de reestruturação da educação, grupo para o qual eu fui destacada.

A educação brasileira, que, em 3 anos e meio, teve cinco Ministros, acabou servindo de balcão de negócios para a troca de favores, favores políticos governamentais, em troca de favores monetários, de barras de ouro, de pneus de caminhonetes. O Ministério da Educação foi destruído. A educação brasileira precisa ser reconstruída.

As novas diretrizes do ensino médio não podem servir para um país com a dimensão que tem o Brasil. Segundo estas diretrizes, são obrigatórios, infelizmente, apenas português e as quatro operações — as demais disciplinas serão opcionais. Se a PEC 32 não tivesse sido obstaculizada com a mobilização dos servidores e com a ação da nossa Frente Parlamentar, hoje haveria a possibilidade de não licenciados ensinarem nas escolas públicas brasileiras. Portanto, com muita honra, vou integrar o debate sobre a educação.

Presidente, é necessário que definamos nesta semana, pela PEC da Transição, a garantia do Bolsa Família de 600 reais, mais os 150 reais para cada filho menor. Como nós dissemos no processo eleitoral, não havia reserva — não houve seriedade, não houve responsabilidade. O atual Presidente, que está em greve, sumido, disse que iria manter, mas não garantiu no Orçamento. Agora, nós temos que fazer. Eu tenho certeza de que a unanimidade acontecerá nesta Casa.

Muito obrigada.

Documento 4/5

156.2022

Publ.: DCD - 24/11/2022 -

Sessão Ordinária - CD

José Nelto-PP -GO

ORDEM DO DIA

23/11/2022-18:28

COMO LÍDER

Sumário

Posicionamento sobre propostas de reformas tributária e administrativa. Defesa da extinção das Justiças Eleitoral, do Trabalho e Militar. Contrariedade ao questionamento da segurança das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições de 2022 pelo Presidente Nacional do PL, Valdemar Costa Neto. Necessidade de debate pelo Parlamento de proposta de combate a ações terroristas no Brasil. Indignação com negociação de policial rodoviário federal com líder de bloqueio de rodovia. Necessidade de coibição da invasão de propriedades rurais privadas pelo Poder Judiciário, em cumprimento à Constituição Federal.

O SR. JOSÉ NELTO (PP - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa nacional, fala-se muito nesta Casa em reformas. Deputado Otoni de Paula, eu sou reformista e acredito que nós temos que fazer todas as reformas de que este País precisa.

A reforma tributária nós já votamos nesta Casa e agora depende do Senado. A reforma administrativa deve pegar o primeiro andar do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos Tribunais e da Procuradoria da República, e não uma reforma administrativa covarde, para pegar o segundo e o terceiro escalões. Esta não vale! A reforma do Judiciário irá economizar bilhões para que o Governo possa fazer os investimentos necessários na área social e na infraestrutura do nosso País, como a construção de mais rodovias, ferrovias e pontes.

A reforma que nós defendemos é a extinção da Justiça Eleitoral. Não faz sentido ter Justiça Eleitoral: são castelos de privilégios! A Justiça trabalhista, os Tribunais do Trabalho, a Justiça Militar ficam sem sentido. Sabe por quê, Deputado Otoni? Porque a Justiça é uma só. Nós temos um grande exemplo. Pesquise ou vá aos Estados Unidos. Lá não existe Justiça Eleitoral, nem Justiça do Trabalho, nem Justiça Militar. Só há uma Justiça nos Estados Unidos. Há mais. Sabe quem faz a contagem e a apuração dos votos nos Estados Unidos? A imprensa. Aqui se gastam bilhões para manter os castelos da Justiça Militar. A Justiça do Trabalho cria uma Vara do Trabalho, e a Justiça Eleitoral se reúne apenas no período eleitoral. Com essas reformas, o Governo poderia economizar bilhões e bilhões dos pagadores de impostos. São essas reformas que este Parlamento precisa ter a coragem de discutir.

Hoje, Srs. Congressistas, vemos o Poder Legislativo e o Poder Judiciário com esse repasse obrigatório, com o aumento de receitas. Olhem, se há uma casa que está nadando em dinheiro, esta Casa é a de todo o Poder Legislativo do Brasil, a começar pelas Câmaras de Vereadores, pelas Assembleias Estaduais e pelo Congresso Nacional. Aí vêm o Supremo Tribunal Federal, todos os Tribunais de Justiça e os Tribunais de Contas. Este dinheiro poderia ser economizado para criar um fundo de combate à miséria e à pobreza e para a

construção de casas para as famílias mais vulneráveis.

Nós temos que fazer este grande debate neste Parlamento, e não ficarmos discutindo resultado de eleição! A eleição já acabou! Quem ganhou a eleição ganhou, quem perdeu a eleição perdeu! Daqui a 2 anos ou 4 anos, haverá outras eleições. Quem perdeu esta eleição pode novamente se candidatar a Prefeito, a Vereador.

Eu vejo o Presidente Valdemar Costa Neto pregar a renúncia dos Deputados do PL. Eu não concordo com isso. Todos foram eleitos, ganharam um mandato legítimo, e ele questiona as urnas eletrônicas. Este foi o jogo aprovado por esta Casa. O projeto foi aprovado por esta Casa e não houve questionamentos.

Vamos virar a página! Vamos fazer o Brasil crescer! Vamos discutir, agora, uma lei antiterrorista para o Brasil. Basta ver o que está acontecendo nas estradas brasileiras. Eu não acredito que se trata de bolsonaristas, não. São vagabundos, arruaceiros, bandidos, que querem parar o Brasil. São arruaceiros e bandidos que cercam rodovias, colocam fogo em pneus e trocam tiros com a polícia e, por isso, têm que ser presos, têm que ir para as barras da Justiça. O direito de ir e vir é sagrado. Nós não podemos aceitar que arruaceiros possam parar o nosso País e perturbar a ordem social do povo brasileiro.

Eu confesso que fico indignado. Eu li uma matéria de um jornal em que um policial da PRF — aproveitou para elogiar uma parcela da PRF; outra parcela não merecia vestir o uniforme da PRF — estava negociando com um bandido. Não há negócio com bandido! Nesse caso, falo também da invasão de terras, quando falam do MST. Invasão de terra é crime! É como um crime praticado por terrorista. Ninguém tem o direito de invadir propriedade privada nem propriedade pública.

Nós jamais iremos aceitar algum tipo de invasão em qualquer propriedade e por qualquer movimento! A Justiça tem que agir, e a polícia tem que colocar para fora. Nós queremos que a Constituição brasileira seja cumprida, e ela será cumprida rigorosamente.

O campo vai produzir. Deixem de conversa fiada aqueles que ficam pregando que vai haver invasões, que vão tomar propriedade privada! Nada disso vai acontecer, porque nós temos o Congresso Nacional e a Constituição brasileira, e nós vamos cumpri-la rigorosamente.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e por todas as redes sociais.

Muito obrigado.

162.2022	Sessão Ordinária - CD	30/11/2022-19:36
Publ.: DCD - 01/12/2022 -	Marcel Van Hattem-NOVO -RS	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inadmissibilidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, sobre a instituição de parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e no Ministério Público. Defesa de realização da reforma administrativa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como se já não bastasse tanta desordem no País, o Plenário do Senado da República apreciava há pouco a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, que propõe devolver os quinquênios aos membros do Poder Judiciário, por sugestão do Conselho Nacional de Justiça.

Esse privilégio foi extinto há mais de 20 anos no Brasil. Mas a proposta é que, sem precisar fazer nada, o servidor tenha um aumento de 5% em seu contracheque a cada 5 anos, num auxílio extra que pode somar até 35% do salário, ou seja, pode ser acumulado em até sete vezes, e que escaparia da regra do teto constitucional.

Sr. Presidente, felizmente, o Senado protelou essa discussão e adiou, pelo menos por ora, a deliberação da matéria para outro momento. Espero que ela não volte à pauta.

É um absurdo, ainda mais neste momento em que tanto se fala do que está acontecendo, dos abusos de autoridade na cúpula do Poder Judiciário, Deputados Calil e Peternelli, o Senado estar debatendo uma proposta dessa. O fato de ela ter chegado à pauta da Ordem do Dia já é um deboche da cara do brasileiro, neste momento tão drástico da nossa Nação. Mas, felizmente, ela não foi adiante.

Ainda assim, faço questão de trazer esse assunto a esta tribuna, Deputado Aroldo, porque, como Deputados que eventualmente podem vir a ter que se debruçar sobre uma PEC dessa, nós não podemos deixar de nos manifestar contrariamente a ela, de acordo com aquilo que o povo espera.

É preciso fazer uma reforma completa no serviço público, mas a reforma administrativa está parada. Ela está pronta para vir ao plenário, mas está parada. E ela não abrange os membros de Poder. Há um destaque para isso. Quando vier a plenário a reforma administrativa, esse destaque deverá ser apreciado, e eu espero que os Parlamentares recoloquem os membros de Poder no texto da reforma administrativa, que não pode valer só para quem ganha menos; tem que valer para todos, para modernizar o serviço público em geral

no Brasil.

Ver o Senado da República no dia de hoje discutindo essa PEC foi muito triste. Mas receber a informação há pouco de que não foi aprovada a PEC e de que ela talvez volte à pauta — espero que não volte nunca mais —, pelo menos foi um alento neste momento tão grave por que passa a nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
